

***De Seguros Paramétricos a programas público-privados, o setor segurador já dispõe de instrumentos para transformar debates sobre transição climática em soluções concretas para empresas e governos***



- A intensificação de eventos extremos pressiona balanços públicos, margens corporativas e o próprio mercado segurador, especialmente em economias emergentes. Ao mesmo tempo, cresce a percepção de que o seguro deixou de ser apenas um “custo inevitável” para se tornar ferramenta de política econômica e gestão de risco, capaz de apoiar planos de adaptação setoriais e territoriais.
- Esse desafio aparece também nos números globais. Segundo levantamento da Swiss Re, os desastres naturais provocaram US\$ 318 bilhões em perdas econômicas em 2024, mas parte expressiva desse valor não estava segurada. A lacuna de proteção mostra por que a adaptação climática depende não apenas de obras, tecnologia e planejamento, mas também de mecanismos financeiros capazes de absorver choques e acelerar a recuperação.

**Para empresas e governos, a pergunta prática é: como transformar painéis e compromissos em instrumentos de transferência de risco que encurtem o caminho entre o evento climático e a retomada da atividade?**

### **1. Paramétricos: gatilhos e rapidez**

Seguros paramétricos (ou indexados) disparam indenizações com base em gatilhos objetivos - como níveis de chuva, vento ou temperatura - em vez da verificação detalhada de cada sinistro. Isso permite que empresas e governos recebam recursos em poucos dias, com maior previsibilidade de fluxo de caixa e menos disputa sobre valores.

Experiências recentes utilizam paramétricos para riscos de seca, enchentes, furacões e até perda

de receita pública, combinando dados de satélite, estações meteorológicas e modelos climáticos. No Brasil e em outros mercados emergentes, resseguradoras têm testado índices climáticos aplicados ao campo e à infraestrutura, abrindo espaço para soluções adaptadas ao território.

**Empresas** podem usar paramétricos como “colchão” para perda de receita, custos extraordinários ou franquias de seguros tradicionais.

**Governos** podem estruturar coberturas paramétricas para desastres naturais, garantindo caixa imediato para resposta e reconstrução.

## 2. Seguro agrícola como política de adaptação

O seguro rural continua sendo uma das ferramentas mais diretas para enfrentar a variabilidade climática no agronegócio. Estudos mostram que a combinação de seguro agrícola, crédito rural e assistência técnica aumenta a capacidade de produtores investirem em variedades mais resilientes, manejo de solo e tecnologias de irrigação eficiente.

No Brasil, esse movimento também começa a ganhar contornos regulatórios. A agenda recente da Susep passou a tratar questões ambientais, sociais e climáticas como parte das diretrizes aplicáveis ao seguro rural, reforçando a conexão entre proteção financeira, sustentabilidade e adaptação no campo.

Em vários países, paramétricos de índice de chuva ou temperatura complementam o seguro tradicional para acelerar o pagamento ao produtor em safras críticas, reduzindo o risco de inadimplência e a necessidade de programas emergenciais improvisados. Como o gatilho é climático, e não a declaração individual de perda, diminui-se o risco moral e reforça-se o foco em indicadores objetivos.

**Seguradoras e resseguradoras** podem atuar com bancos de desenvolvimento e agências de fomento para desenhar portfólios que integrem seguro e crédito, alinhados às metas de transição no campo.

**Empresas da cadeia** - traders, cooperativas, indústrias - podem ancorar programas de seguro, estabilizando suprimentos e fortalecendo suas estratégias ESG.

## 3. Programas público-privados de catástrofe

Fechar a “lacuna de proteção” em catástrofes climáticas exige arranjos em que setor público e mercado segurador compartilham riscos e dados. Modelos como pools nacionais, esquemas de resseguro público e parcerias com bancos de desenvolvimento ampliam a capacidade de retenção local e facilitam o acesso a capital internacional, inclusive via títulos catastróficos.

Na prática, esses arranjos ajudam governos a trocar respostas emergenciais improvisadas por mecanismos previamente contratados de liquidez, proteção fiscal e reconstrução planejada.

Quando bem desenhados, esses programas ampliam a cobertura para famílias, empresas e infraestrutura pública, ao mesmo tempo em que condicionam benefícios a medidas de mitigação - por exemplo, padrões construtivos mais robustos e uso de zonas de amortecimento. Em mercados emergentes, bancos de desenvolvimento podem codesenvolver soluções, subsidiar prêmios e integrar seguro às estratégias de planejamento climático.

**Governos estaduais e municipais** podem discutir com o mercado esquemas de seguro e resseguro para infraestrutura crítica, como energia, saneamento e transporte.

**Seguradoras e resseguradoras** podem se posicionar como parceiras de política pública, oferecendo modelagem, capacidade de underwriting e acesso ao mercado de capitais.

#### **4. Dados climáticos como requisito**

A transição climática inaugura um novo patamar de exigência de dados: seguradoras, resseguradoras e reguladores começam a demandar informações sobre exposição física e planos de adaptação antes de precificar riscos ou liberar capacidade. Ao mesmo tempo, novas bases de dados climáticos e catastróficos, combinadas com modelos avançados, permitem segmentar risco em nível de ativo ou bairro.

Reguladores podem incentivar - ou exigir - que preços e oferta de cobertura reflitam o nível de mitigação de risco, criando um ciclo em que quem investe em adaptação - reforço estrutural, drenagem, proteção costeira, planos de contingência - tem melhor acesso a seguro e condições mais favoráveis. Isso transforma dados climáticos em insumo central da governança corporativa e das políticas públicas.

**Empresas** podem tratar dados climáticos e de risco como ativos estratégicos, integrando-os a comitês de risco, planos de continuidade de negócios e relatórios climáticos alinhados às recomendações da TCFD e, cada vez mais, aos padrões IFRS S1 e IFRS S2.

**Governos** podem usar esses dados para mapear áreas críticas, definir prioridades de investimento e desenhar programas de seguro alinhados à realidade local.

#### **5. Endossos de resiliência e reconstrução melhor**

Cresce a discussão sobre seguros que não apenas indenizam perdas, mas incentivam a redução de risco ao longo do tempo. Endossos de resiliência podem liberar recursos adicionais para reconstrução com padrões mais robustos, incluindo reforço estrutural, soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde que reduz risco de enchentes.

Pesquisas sugerem que reguladores e o mercado podem cooperar para introduzir produtos que combinem paramétricos segmentados, novos dados climáticos e cláusulas de reconstrução melhor, aproximando seguro, planejamento urbano e regulação prudencial. Assim, a indenização deixa de ser apenas reposição do status quo e passa a ser oportunidade de adaptação.

**Empresas** podem negociar endossos que prevejam recursos extras para reconstruir com maior resiliência, em vez de replicar estruturas vulneráveis.

**Governos e reguladores** podem orientar a adoção desses endossos em setores críticos, como habitação social e infraestrutura, integrando-os às estratégias de adaptação.

#### **Do discurso à implementação**

A transição climática trouxe o seguro do plano da “apólice guardada na gaveta” para o centro da discussão sobre riscos físicos e adaptação. Paramétricos, seguro agrícola, programas público-privados, endossos de resiliência e uso intensivo de dados climáticos formam um cardápio de soluções disponível; o desafio, agora, é incorporá-las à tomada de decisão de empresas e governos, antes que o próximo evento extremo teste os limites da resiliência financeira.

#### **Leia também:**

[\*\*CNseg lança projeto “Construindo Seguros para a Transição Climática”, que inclui ferramenta de mapeamento da exposição brasileira a riscos climáticos físicos e aproxima o setor de agendas de mitigação e adaptação.\*\*](#)

**Fonte:** CNseg, em 25.05.2026